

<http://dx.doi.org/10.26694/pensando.v17i40.8658>

Licenciado sob uma Licença Creative Commons

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0>

O ARGUMENTO EM DEFESA DA DEFERÊNCIA NA GESTÃO DE ECOSISTEMAS¹

The Argument for Deference in Ecosystem Management

Ronald Sandler
Northeastern University, USA

Resumo: Muitos teóricos ambientais e dos animais argumentam que os sistemas ecológicos e as populações de vida selvagem devem ser manipulados de maneira a realizar projetos humanos racionais, a fim de melhorar o bem-estar dos animais selvagens, promover a justiça para os animais selvagens ou maximizar os recursos para as pessoas. Essas visões são transformadoras em relação aos sistemas ecológicos e às populações de espécies, em vez de deferentes em relação aos processos ecológicos e evolutivos espontâneos que determinam o futuro dos espaços e conjuntos ecológicos gerenciados. Neste artigo, defendo a deferência na gestão de ecossistemas com base em valores ambientais, imparcialidade de espécies/organismos e humildade. Também defendo visões deferenciais contra críticas que foram avançadas por proponentes da transformação para melhorar o bem-estar animal, bem como argumento que a mudança antropogênica em macroescala, incluindo as mudanças climáticas, fortalece em vez de minar o caso da deferência. Embora eu não forneça um argumento abrangente contra a transformação em geral ou a transformação para melhorar o bem-estar dos animais selvagens em particular, as considerações que apoiam a deferência também geram uma presunção substancial contra o transformacionalismo.

Palavras-chave: Deferência. Ecossistemas Ecológicos. Valores Ambientais.

Abstract: Many environmental and animal theorists argue that ecological systems and wildlife populations should be engineered toward realizing rational human designs to improve wild animal welfare, promote justice for wild animals, or maximize resources for people. These views are transformational with respect to ecological systems and species populations, rather than deferential towards spontaneous ecological and evolutionary processes determining the future of managed ecological spaces and assemblages. In this paper I advocate for deference in ecosystem management on environmental values, species/organism impartiality, and humility grounds. I also defend deferential views against critiques that have been advanced by proponents of transformation to improve animal welfare, as well as argue that macroscale anthropogenic change, including climate change, strengthens rather than undermines the case for deference. Although I do not provide a comprehensive argument against transformation in general or transformation to improve wild animal welfare in particular, the considerations that support deference also generate a substantial presumption against transformationalism.

Keywords: Deference. Ecological Ecosystems. Environmental Values.

A proteção de sistemas ecológicos e populações de espécies não humanas da degradação antropogênica, bem como a remediação de impactos deletérios onde eles já ocorreram, são apoiadas por muitas teorias proeminentes de ética ambiental e filosofia de conservação (Rolston 1986; Leopold 1949/1968; Taylor 1986; Soule 1985; Callicott 1989;

¹ Paper apresentado no 5º Simpósio de Filosofia Moral-2025, da Universidade Federal do Piauí, Brasil. Tradução de Sérgio Luís Barroso de Carvalho.

Crist 2019; Throop 2000). Essas visões são às vezes descritas como "não-intervencionistas" (Faria 2023), mas isso é enganoso. O manejo de ecossistemas e da vida selvagem para fins de proteção e restauração geralmente envolve intervenções ecológicas e sociais significativas e prolongadas, incluindo o estabelecimento e a aplicação de áreas protegidas onde as atividades humanas são restritas, a remoção ou morte de um grande número de indivíduos de populações prejudiciais e a captura, reprodução, liberação e monitoramento de indivíduos de espécies em risco. Eles também podem envolver novas tecnologias e técnicas, como a translocação ou clonagem para tratar a depressão por endogamia e a engenharia genética para resistência a doenças ou eliminação de pragas/predadores (IUCN 2016; Piaggio et al. 2017; USFW 2024; Gierus 2022). Em vez de serem não intervencionistas ou anti-inovação, o que distingue essas visões é que elas são, com respeito aos objetivos e abordagens de gestão que apoiam, deferentes à espontaneidade dos sistemas ecológicos, aos processos evolutivos e à biodiversidade que resulta deles. Isso também é às vezes expresso em termos de respeito, admiração, reverência ou apreço por esses processos e seus resultados (Taylor 1986; Leopold 1949/1968; Carson 1965; Hill 1983; Bendik-Keymer e Pedersen 2024; Bendik-Keymer 2021).

Nos últimos anos, vários filósofos morais, especialistas em estudos animais e em ética animal têm defendido o manejo de sistemas ecológicos e populações de espécies para melhorar o bem-estar de animais selvagens sencientes (Nussbaum 2007, 2023; Faria e Paez 2019; Johannsen 2021, 2023; Kianpour e Paez 2022; Horta 2017; Bruers et al. 2024; McMahan 2015; Tomasik 2015). O manejo para o bem-estar de animais selvagens é antitético à deferência aos processos ecológicos e evolutivos, uma vez que são esses mesmos processos – que envolvem predação, privação, competição e parasitismo – que são vistos como a fonte do sofrimento dos animais selvagens. Como resultado, essas visões são frequentemente transformadoras em relação aos sistemas e processos ecológicos. Como Martha Nussbaum colocou, o objetivo deve ser "a substituição gradual do natural pelo justo" (2007, p. 400). Outros descreveram o objetivo como "engenharia do paraíso" (Kianpour e Paez 2022) ou criação de uma "biosfera idílica" (Bruers et al. 2024). Para realizar esse ideal, essas visões também frequentemente exigem a engenharia transformacional dos próprios animais – por exemplo, a engenharia genética de indivíduos de espécies predatórias para que não cacem mais presas ou indivíduos de espécies r-selecionadas para que tenham menos descendentes (Bruers et al. 2024; Nussbaum 2023; Johannsen 2020; McMahan 2015)².

A tensão entre as visões transformacionais baseadas no bem-estar animal e as visões deferenciais levou os proponentes da transformação a criticar aquilo a que eles se referem como a posição "ambientalista" ou "ética ambiental" (Kianpour e Paez 2022; Faria e Paez 2019; Faria 2023; Johannsen 2020). Seu objetivo é mostrar que a preocupação com o bem-estar dos animais selvagens deve ter precedência sobre a preocupação com os processos ecológicos e evolutivos espontâneos e a biodiversidade que surge deles, particularmente dadas as já generalizadas impactos planetários humanos (Nussbaum 2023). No entanto, as visões consideradas como parte dessas críticas são, em muitos casos, bastante específicas: visões "preservacionistas" ou "não-intervencionistas" baseadas no valor intrínseco independente do ser humano da natureza, espécies e/ou ecossistemas (Faria 2023; Johannsen 2021; Faria e Paez 2019; Horta 2017). Essa é uma visão na ética ambiental, mas não é a visão. Nem é a visão predominante na ética ambiental contemporânea ou a visão operante na prática de conservação contemporânea. Na verdade, há uma variedade de valores ambientais, considerações

² Os proponentes da transformação para melhorar o bem-estar dos animais selvagens normalmente têm o cuidado de indicar que, por razões epistêmicas e de viabilidade, eles acreditam que as intervenções devem começar pequenas, prosseguir gradualmente e envolver uma grande quantidade de pesquisa e avaliação (por exemplo, sobre biologia do bem-estar e novas tecnologias) antes de escalar em direção à transformação (Nussbaum 2023; Faria 2023; Johannsen 2021; Horta 2023).

normativas e estruturas teóricas que têm sido usadas para embasar versões da deferência.

No que se segue, defendo um princípio de deferência na gestão de ecossistemas que:

- (a) não é preservacionista nem não intervencionista – ou seja, não fetichiza os estados ecológicos e as distribuições de espécies atuais (ou recentes),
- (b) é consistente com alguma assistência episódica de animais selvagens,
- (c) rejeita uma dicotomia humano-natureza e abraça que natureza e cultura estão interligadas,
- (d) reconhece que tanto os processos antropogênicos quanto os naturogênicos (incluindo aqueles que envolvem a agência de animais não-humanos) desempenham um papel na determinação dos futuros ecológicos,
- (e) é baseado em considerações normativas/de valor e não apenas em considerações de viabilidade e epistêmicas (embora se baseie nelas também),
- (f) não depende de uma ontologia de valores ambientais independentes do ser humano (mas é consistente com tais valores),
- (g) abraça a imparcialidade de organismos e espécies,
- (h) não é minado por mudanças antropogênicas de alta taxa e alta magnitude (incluindo as mudanças climáticas) e pode ter maior destaque por causa disso.

Começo explicitando (Seção 1) e defendendo (Seção 2) um princípio de deferência antes de considerar possíveis respostas transformacionistas (Seção 4), incluindo que a justificativa para a deferência é minada pelas mudanças climáticas globais (Seção 3). (As visões que defendem a transformação para melhorar o bem-estar dos animais selvagens são o foco na Seção 3 porque têm sido especialmente críticas da posição "ambientalista", particularmente com base em mudanças antropogênicas generalizadas.) Meu objetivo não é fornecer um argumento abrangente contra a transformação em geral (ou a engenharia do paraíso em particular), mas apresentar o caso de uma alternativa a ela que até agora tem sido amplamente deturpada no discurso pró-transformação; embora as considerações que apoiam a deferência também gerem uma presunção substancial contra a transformação (Seção 4).

1 Um Princípio de Deferência

Os sistemas climáticos e ecológicos são e sempre foram dinâmicos. Portanto, o objeto da deferência não deve ser o estado atual do mundo, e o intuito da deferência não deve ser manter os ecossistemas e os conjuntos de espécies como estão agora ou retorná-los a algum estado histórico anterior. A deferência deve, em vez disso, ser entendida em termos dos processos pelos quais a mudança ocorre. O que distingue as visões deferenciais é que elas valorizam e priorizam a acomodação de processos ecológicos e evolutivos espontâneos na determinação do futuro ecológico de lugares, populações e conjuntos. Aqui está um princípio que incorpora essa compreensão de deferência:

Princípio da Deferência: Há uma razão *pro tanto* para respeitar os processos ecológicos e evolutivos espontâneos, ou seja, para facilitar (ou não resistir) o seu papel significativo na determinação dos futuros ecológicos de lugares, populações e conjuntos³.

³ O conteúdo normativo do princípio pode ser formulado, *mutatis mutandis*, como uma virtude ou como um dever, dependendo da estrutura normativa operacional. Kianpour e Paez (2022) discutem uma visão "ambientalista" semelhante: "temos razão para não interferir na natureza quando o resultado geral não é a preservação ou restauração, mas a intensificação da mudança antropogênica em entidades e processos naturais" (2022, p. 215). Eles reconhecem que a deferência não é o mesmo que não-intervenção, mas em vez disso diz respeito às razões e objetivos da intervenção em sistemas ecológicos. No entanto, a visão é melhor

O Princípio da Deferência não é preponderante sobre os demais. Outros princípios (ou combinações deles) podem moldar qual curso de ação é, considerando-se tudo, justificado em um contexto de gestão de ecossistemas (Saltz e Cohen 2023; Sandler 2012). Também não é absolutista, pois é consistente com as influências humanas desempenhando um papel significativo na determinação dos futuros ecológicos. Nem é anti-intervenção ou anti-tecnologia, particularmente ao evitar ou remover restrições antropogênicas ou impedimentos aos processos ecológicos espontâneos que determinam os resultados⁴.

Quais são as implicações de uma razão *pro tanto* para habilitar, proteger ou facilitar processos ecológicos espontâneos na gestão de ecossistemas? *Em geral*, fornecerá apoio para áreas protegidas e, *em geral*, fornecerá razão contra a dominação humana de espaços ecológicos e planos humanos para projetá-los como pessoas acreditam que deveriam ser. No entanto, na prática, as implicações serão altamente contextuais, dependendo de coisas como o tipo de espaço ecológico envolvido (por exemplo, urbanidade, densidade populacional, histórico de gestão), os fatos ecológicos sobre a situação (por exemplo, taxa e magnitude das mudanças bióticas e abióticas) e as outras considerações normativas que são operacionais.

Como indicado acima, a deferência não envolve um compromisso com a normatividade dos conjuntos de espécies atuais, faixas históricas ou composições genéticas. Os ecossistemas e as populações são dinâmicos e, sob condições de mudança ecológica de alta taxa e alta magnitude, muitas populações evoluirão e/ou migrarão para locais geográficos onde não estiveram no passado (recente). Por estas razões, a deferência aos sistemas e processos ecológicos apoia abordagens de gestão que fomentam a adaptação espontânea, tais como a ligação de áreas protegidas, o estabelecimento de corredores de migração, a promoção da permeabilidade da paisagem, a remoção de barreiras de migração e a proteção de diversos gradientes ecológicos e ambientes físicos (Smith et al. 2001; Hunter et al. 1988; Barnosky 2009; Wapner 2010; Prober et al. 2019).

Embora não seja inimiga da intervenção e da gestão, a deferência favorece a flexibilidade e a abertura no planejamento do projeto e da gestão. Por exemplo, a estrutura de gestão de ecossistemas resistir-aceitar-direcionar (RAD) enfatiza o reconhecimento de fatores que limitam a capacidade do gestor de impor o projeto, bem como a necessidade de aceitar a mudança quando esta é o resultado de processos fora do controle dos gestores (Cravens et al. 2004; NPS 2024; Schuurman et al. 2022; Thompson et al. 2020). O projeto aberto e a acomodação da espontaneidade dos processos ecológicos e evolutivos (ou seja, o projeto informado pela deferência) é também um componente cada vez mais importante das melhores práticas em restauração ecológica e ressilvestramento (Hughes et al. 2012; Volpe et al. 2024).

formulada em termos de facilitar processos espontâneos de mudança (e respeitar seus produtos), em vez de em termos de "preservação".

⁴ Como será discutido mais tarde (seção 3.1), as pessoas não podem habilitar nem impedir processos ecológicos e evolutivos espontâneos, uma vez que eles estão sempre ocorrendo onde existem populações de organismos e sistemas ecológicos. No entanto, as pessoas podem direcionar, resistir ou facilitar a extensão em que eles determinam o futuro de espaços, populações e conjuntos. Compare, por exemplo, um jardim bem cuidado, um quintal deixado sozinho e um lote pavimentado. Em cada caso, os processos ecológicos e evolutivos estão presentes, mas no jardim bem cuidado eles são direcionados, no lote pavimentado eles são resistidos e no quintal deixado sozinho eles são respeitados na determinação do futuro do espaço. Como também será discutido mais tarde (seções 2.1, 2.3), as pessoas fazem parte de processos evolutivos ecológicos espontâneos (já que somos produtos deles). No entanto, no contexto de abordar questões normativas sobre como os humanos devem interagir com ou tratar o resto do mundo ecológico, é necessário distinguir a agência humana e distinguir entre diferentes usos da agência humana, a fim de formular, raciocinar sobre e discutir as questões, sem nunca perder de vista que somos partes interconectadas e interdependentes do mundo ecológico (e, portanto, sem afirmar qualquer distinção metafísica ou ontológica profunda) (Sandler 2024).

Os exemplos acima dizem respeito à deferência na gestão de ecossistemas para fins orientados para a conservação. No entanto, a deferência fornece uma razão contra projetos de ecossistemas altamente especificados e transformadores, seja a serviço da prevenção da extinção de espécies, da maximização dos recursos naturais ou da promoção do bem-estar animal. A engenharia do paraíso terá necessariamente altos níveis de especificidade e controle, exigindo forte resistência à espontaneidade dos processos ecológicos e evolutivos. É anti-deferencial.

2 Três Bases para um Princípio de Deferência

A deferência é apoiada por várias justificativas independentes, mas reforçadoras, incluindo apelos a valores ambientais, apelos à igualdade de valor de organismos/espécies não-humanos e apelos à humildade.

2.1 Valores Ambientais

Uma forma de justificar o Princípio da Deferência é se os sistemas e processos ecológicos espontâneos e/ou os seus produtos tiverem valor final objetivo – ou seja, são valiosos em si mesmos ou pelo que são, independentemente das atitudes, perspectivas ou posições de qualquer avaliador. Michel Soule (1985), por exemplo, afirmou que "a evolução é boa", e Holmes Rolston III (1986) argumentou que as espécies, a biodiversidade e os processos que lhes dão origem são valiosos mesmo que não haja ninguém por perto para fazer a avaliação.

No entanto, a deferência não depende de tal relato objetivista do seu valor, que à primeira vista parece cometer uma falácia de fato/valor (Vogel 2015; Rohwer 2023). Por exemplo, um relato neossentimentalista ou de atitude adequada pode justificar a valorização de processos ecológicos e evolutivos pelo que são (McShane 2007, 2011; Sandler 2012). Numa compreensão biologicamente e ecologicamente informada dos seres humanos, fazemos parte e somos contínuos com os processos ecológicos e evolutivos, que produziram "formas infinitas, as mais belas e as mais maravilhosas" (Darwin 1859) de espantosa complexidade e que nos ligam (juntamente com todas as espécies) através de um profundo tempo biológico. Valorizar ou ter atitudes positivas em relação a esses processos é justificado dada uma compreensão adequada da relação da humanidade com eles (evolutiva, ecológica e cultural) e uma apreciação adequada da história ecológica e evolutiva do planeta (Sandler 2021; Cline 2020; Bendik-Keymer e Pedersen 2024). Como uma questão descritiva, muitas pessoas valorizam os sistemas ecológicos, os processos e os seus produtos destas formas, como evidenciado pelo apoio a áreas protegidas, à recuperação de espécies em risco, à manutenção da biodiversidade e ao ressilvestramento, por exemplo. A interconexão e interdependência humana com os sistemas e processos ecológicos é também a base para uma vasta gama de valores experienciais, culturais e estéticos associados, que são por vezes referidos como valores relacionais (IPBES 2022; Pascual et al. 2023).

A deferência justificada através de valores ambientais não envolve acreditar que o mundo ecológico deve ser de uma forma particular, com estas espécies nestes locais, que as atividades humanas desviaram as coisas do seu curso, que a evolução é intrinsecamente boa ou que as influências humanas são inerentemente contaminantes ou problemáticas. Pelo contrário, uma compreensão ecológica abraça o dinamismo do mundo biológico, que a cultura e a natureza estão interligadas e que tanto os humanos como os não-humanos contribuem constantemente para os processos e resultados ecológicos e evolutivos (Rohwer 2023; Sandler 2024; Whyte 2021; Crist 2024).

Na medida em que os processos ecológicos e evolutivos espontâneos e os seus resultados são valiosos em si mesmos, devidamente valorizados pelo que são e/ou contribuem para a realização de diversos bens e valores ambientais (por exemplo, culturais e estéticos), alguma versão de um princípio de deferência que os reconheça e respeite é justificada.

2.2 Igual Valor de Organismos/Espécies Não Humanos

A deferência aos processos ecológicos e evolutivos também tem sido defendida com base na igualdade de valor dos organismos e na imparcialidade das espécies. Por exemplo, Paul Taylor (1986) defende uma visão individualista biocêntrica segundo a qual todos os seres vivos têm igual valor. Entre os princípios que ele acredita que este sistema de valores apoia está um dever *prima facie* de não interferência com plantas e animais selvagens. Da mesma forma, Tom Regan defende uma visão dos direitos dos animais segundo a qual todos os animais que são "sujeitos experimentais de uma vida" têm igual valor e direitos, incluindo um direito (não absoluto) de não interferência (Regan 2004). Pelas razões discutidas acima, "não-interferência" ou "não-intervenção" não são conceitos apropriados para formular estes princípios, mas o que é relevante para os propósitos atuais é que tanto Taylor como Regan endossam alguma versão de um princípio de deferência baseado numa teoria de valor individualista (e no caso de Regan, sencientista) e igualitária.

O que as teorias de Taylor e Regan têm em comum é que elas são (autodescritas) como deontológicas em vez de utilitaristas. O que eles querem dizer com isto é que a ética tem a ver com o respeito pelo valor dos indivíduos, em vez de promover o bem-estar agregado. Existem princípios dentro dos seus sistemas éticos que envolvem a promoção do bem-estar, mas apenas em resposta a danos injustos anteriores (princípios de justiça restaurativa/restitutiva), casos de dilema (princípios de menor dano) ou ações passadas que resultam em dependências/relações com indivíduos específicos (princípio da fidelidade). Regan também reconhece a possibilidade de um dever imperfeito de beneficência, mas é limitado pela precedência de evitar danos injustos.

Taylor e Regan são levados do seu sistema de valores a um princípio de deferência por duas razões. Primeiro, nas suas visões, os danos injustos só podem ser cometidos por agentes morais. Não há nenhum dano injusto envolvido quando um leão come uma gazela (há danos, mas não injustos). Segundo, os esforços para beneficiar um animal (ou organismo) num contexto ecológico são sempre prejudiciais para outro animal (ou organismo) – por exemplo, concorrente, futura presa ou predador/necrófago. O igualitarismo em relação aos animais selvagens (ou organismos) envolve neutralidade ou imparcialidade, e isso significa não escolher alguns em detrimento de outros. Num contexto ecológico, agir para o benefício de um animal envolve prejudicar injustamente outro, *prima facie*. Ainda mais para intervenções sistêmicas destinadas a reestruturar ou eliminar relações ecológicas entre populações e sistemas⁵. Isto gera uma razão *pro tanto* contra fazê-lo, que é melhor expressa através de um princípio de deferência.

⁵ Kianpour e Paez (2022) pedem-nos para imaginar que "poderíamos avançar o bem dos animais selvagens sem infringir os direitos de outros, redesenhando sistematicamente a natureza" (p. 218). Se pudéssemos, então, argumentam eles, a visão de Regan permitiria a intervenção sistêmica. Da mesma forma, Faria (2023) emprega repetidamente uma forma de argumentação de "Teste de Reversão" que envolve imaginar que o bem-estar animal aumenta enquanto todo o resto permanece estável. Mas, claro, essas coisas não são possíveis, e isso é visto ao adotar uma perspectiva ecológica. Isso não significa que os experimentos mentais não tenham lugar no discurso, mas tem implicações sobre como eles devem figurar nele e seu valor probatório. A avaliação de princípios, normas e objetivos para a gestão de ecossistemas deve atender aos padrões de realismo ecológico, em um sentido semelhante ao de que as visões em psicologia moral precisam atender aos padrões de realismo psicológico (Flanagan 1991). As teorias da psicologia moral humana operam sobre os seres humanos, então as visões que são excessivamente desapegadas dos sistemas, processos e possibilidades psicológicas humanas são empiricamente inadequadas. As teorias para a gestão de ecossistemas operam sobre os sistemas ecológicos, então as visões que são excessivamente desapegadas das realidades e possibilidades ecológicas e ecossociais são empiricamente inadequadas. Por exemplo, em sua defesa da substituição do natural pelo justo, Nussbaum (2023) conta a liberdade e a segurança como capacidades centrais, mas realizar o fim da predação e da privação em sistemas ecológicos exigirá uma gestão incrivelmente restritiva de animais. A questão não é, como Nussbaum sugere, que simplesmente ainda não somos capazes de imaginar como isso poderia funcionar, mas que existem razões positivas, baseadas em uma compreensão ecológica da vida animal, para pensar que elas não são conjuntamente realizáveis. Jeremy Bendik-Keymer (2021) faz uma pontuação semelhante em relação à

2.3 Humildade

Uma terceira justificação para um princípio de deferência é derivada da humildade. A humildade em contextos ambientais está associada ao reconhecimento das limitações do conhecimento humano em relação a sistemas e processos climáticos, ecológicos e biológicos complexos, bem como a não superestimar a capacidade humana de prever e controlar modificações antropogênicas significativas neles (Sandler 2007; Higgs 1997). Também está associada a perspectivas empiricamente informadas que localizam adequadamente a humanidade dentro da história evolutiva e dos contextos ecológicos, em vez de estar acima, fora ou no ápice do mundo biológico (Gerber 2002; Pianalto 2013).

Uma justificação para a humildade ambiental apela às formas como as atividades humanas resultaram em danos ecológicos e perda de biodiversidade no passado, mesmo quando as pessoas pensavam que o que estavam a fazer era benéfico – por exemplo, mover espécies que acabam por ser problematicamente invasoras em novos locais, matar grandes predadores resultando em superabundância de herbívoros, práticas agrícolas que levam ao esgotamento da água doce ou à perda de polinizadores e eliminar "pragas" como morcegos e abutres resultando em maiores encargos de doenças humanas. Mesmo quando as intervenções têm o seu resultado pretendido, como o aumento dos rendimentos agrícolas ou das populações de ungulados para a caça, também podem ter impactos negativos secundários ou a longo prazo imprevisíveis ou subestimados⁶. A humildade num contexto ambiental não é uma disposição para a inação, mas sim envolve o reconhecimento das limitações humanas e uma disposição para uma ação deliberada, informada e coordenada. É um baluarte contra a arrogância, a presunção, o excesso de confiança, a falta de reflexão e o orgulho (Hill 1983; Gerber 2002; Cafaro 2005; Frasz 1993).

Uma segunda justificação é que a humildade facilita relações benéficas e experiências significativas. A arrogância em relação aos sistemas ecológicos e ao mundo não-humano favorece a concepção de si próprio como superior, poderoso e conhecedor, e, portanto, o mundo não-humano como algo que pode e deve ser controlado ou manipulado de acordo com os nossos projetos. Está associada ao domínio e à dominação. Em contraste, a humildade envolve ver-se em relação e interligado com o mundo não humano. Promove a atenção aos organismos não humanos e aos sistemas ecológicos e está associada à admiração, ao apreço, à gratidão, à abertura e à compreensão (Carson 1965; Gerber 2002; Cafaro 2001; Frasz 1993; Pianalto 2013).

A deferência é apoiada pela humildade, uma vez que envolve o reconhecimento dos limites do nosso próprio conhecimento, poder e "autoridade", ao mesmo tempo que respeita e aprecia os processos ecológicos e evolutivos que resultaram numa incrível variedade de organismos e sistemas tanto agora como através do tempo profundo. Mais uma vez, não é uma deferência absoluta. A humildade não envolve abdicar da responsabilidade ou subestimar as contribuições da humanidade na formação do presente e do futuro ecológico. Mas envolve reconhecer a falibilidade humana, a nossa tendência para superestimar as nossas capacidades, bem como que existem outras forças e formas de agência no mundo não-humano, incluindo a dos animais não-humanos, que merecem consideração e permissão.

Estas justificações para a deferência – valores ambientais, imparcialidade das espécies e humildade – não são mutuamente exclusivas. São, em alguns aspectos, até

visão de Nussbaum no contexto de argumentar que uma abordagem de capacidades para a justiça para coisas vivas não-humanas precisa ser holística em vez de individualista.

⁶ A alegação aqui não é (contra Kovaka [2024]) que tais intervenções sempre, tipicamente ou mesmo geralmente têm resultados piores do que abster-se de intervir. É que elas às vezes as têm. A humildade é importante porque torna os resultados problemáticos das intervenções menos prováveis, enquanto o excesso de confiança, a imprudência e a arrogância tornam os resultados problemáticos mais prováveis.

sinérgicas. Por exemplo, a humildade é justificada em parte porque existem diversos valores ambientais baseados em histórias, relações e processos ecológicos complexos. Ao mesmo tempo, abrangem uma gama diversificada de valores e considerações e, como discutido acima, não é preciso endossar cada um deles (por exemplo, o valor final objetivo dos processos ecológicos espontâneos) para que a deferência seja justificada.

3 A Mudança Antropogênica Generalizada Reforça o Ponto da Transformação ou da Deferência?

Martha Nussbaum (2023, 2006) argumentou que os animais não-humanos sencientes, incluindo os animais selvagens, devem ser reconhecidos como sujeitos de justiça. Dada a abordagem das capacidades de Nussbaum, isto implica responsabilidades tanto negativas como positivas. Devemos evitar prejudicar injustamente os animais selvagens, através de coisas como a caça e a degradação do habitat, bem como retificar danos injustos anteriores. Mas também temos uma responsabilidade para com cada animal selvagem senciente de garantir as capacidades centrais — por exemplo, vida, saúde e integridade corporal — de que necessitam para florescer de acordo com a sua forma de vida (Nussbaum 2023). Isto requer transformação (ou seja, substituir gradualmente o natural pelo justo), através de coisas como proteger as potenciais presas dos predadores, mas também fornecer aos predadores atividades alternativas e dietas nutritivas (talvez de carne produzida através de bioengenharia) (Nussbaum 2023).

Um componente fundamental do argumento de Nussbaum é a sua afirmação de que as alterações climáticas (e, de forma mais geral, os impactos antropogênicos difusos) terminaram com a natureza ou a selvageria. Como Nussbaum coloca, "esta discussão [sobre as responsabilidades humanas para com os animais em contextos naturais ou selvagens], por mais interessante que seja, pressupõe que existe tal coisa no mundo como a Natureza 'selvagem': espaços que não estão sob controle e supervisão humanos. Pressupõe que é possível para os humanos deixarem os animais em paz. Essa pressuposição é falsa. Por maiores que sejam as extensões de terra, toda a terra no nosso mundo está totalmente sob controle humano... Todos os habitats de animais selvagens são um espaço dominado pelo ser humano" (Nussbaum 2023, pp. 228, 232)⁷.

Há várias afirmações inter-relacionadas nesta colocação, variações das quais estão presentes no trabalho de outros proponentes da transformação (Faria 2023; Paez 2022; Horta 2017; Ackerman 2014):

1. Não existem animais "selvagens" porque todos os espaços são totalmente controlados por humanos
2. Não é possível para os humanos deixarem os animais "selvagens" em paz e não os dominarem
3. Todos os animais "selvagens" vivem agora sob supervisão humana/jurisdição política

No entanto, as duas primeiras são falsas e nenhuma delas mina a justificação para a deferência ou enfraquece a razão *pro tanto* associada a ela. De fato, em vez de fortalecer o ponto da transformação, as alterações climáticas reforçam a justificação para a deferência.

3.1 Existem Animais Selvagens e os Humanos Não Controlam Totalmente Todos os Habitats

⁷ Seguindo o uso de Nussbaum, aqui "animais selvagens" se refere a animais de vida livre em espaços/habitats que não são controlados ou dominados por pessoas.

Nussbaum (2023) reconhece que nem todos os lugares e animais são igualmente impactados pela atividade humana. Existem sistemas ecológicos, populações e animais menos geridos, projetados e impactados. Para fazer a inferência de que o lugar, P, tem algum impacto humano, projeto e controle, para P não tem natureza ou vida selvagem exigiria que qualquer impacto, projeto ou controle fosse suficiente para a ausência de natureza e vida selvagem. Mas essa inferência só seria justificada numa concepção dicotômica e absolutista da natureza que também é (com razão) criticada, inclusive por proponentes da transformação, com o fundamento de que é ontologicamente insustentável e tem sido usada para ajudar a justificar injustiças passadas (Nussbaum 2023; Whyte 2024; Vogel 2015, 2011; Guha 1989). Por estas razões, "naturalidade" e "vida selvagem" são agora mais frequentemente usadas em ética ambiental e contextos de conservação como conceitos de *continuum*, segundo os quais os lugares são mais ou menos naturais ou exibem mais ou menos vida selvagem com base na extensão do envolvimento humano (Sandler 2024).

Além disso, os humanos não controlam totalmente todos os habitats. Por um lado, os processos ecológicos e evolutivos estão sempre a funcionar (Rohwer 2023). A mudança antropogênica de grande alcance e alta magnitude não os parou, interrompeu, descarrilou ou poluiu de forma alguma. Eles não têm objetivos que possam ser frustrados, nem fins específicos a que se destinam. Estão sempre ativos em contextos onde existem populações de organismos, desde lugares comparativamente pouco impactados, como refúgios de vida selvagem, até lugares que parecem humanizados de maneira abrangente, como centros comerciais (Vogel 2015; Marris 2024). É também um exagero sobre os impactos humanos sugerir que os humanos controlam os processos climáticos ou geológicos. As atividades humanas influenciam o clima, mas as forças e fatores não-humanos ainda desempenham o papel predominante – por exemplo, radiação solar, ciclos hidrológicos e efeitos gravitacionais. Os impactos humanos na Terra são imensos, mas não suplantaram os processos evolutivos, ecológicos, climáticos e geológicos. E porque a extensão da mudança antropogênica varia em diferentes espaços, a importância relativa da mudança naturogênica também varia. Nem todos os lugares estão igualmente ou totalmente sob controle humano.

Numa concepção de "natureza" que é informada pelo uso em contextos de gestão de ecossistemas, que rejeita uma dicotomia ontológica humano-natureza, que é consistente com impactos humanos diferenciais e que reconhece o âmbito dos processos não-humanos (desde forças geológicas até à construção de nichos), alguns animais são muito mais selvagens do que outros. Além disso, a questão de saber se "natureza" e "selvagem" são conceitos defeituosos e, se o são, se devem ser abandonados ou melhorados é, em grande parte, ortogonal às justificações para ou ao conteúdo da deferência. Duas das três justificações para a deferência – humildade e igualdade/imparcialidade das espécies – não dizem respeito à "natureza" ou à "vida selvagem" de forma alguma. A justificação dos valores ambientais refere-se aos processos ecológicos e evolutivos espontâneos e aos seus resultados de biodiversidade. No entanto, como indicado acima, esses processos e os seus produtos não terminaram, apesar dos impactos planetários da humanidade; e é possível que esses processos desempenhem um papel maior ou menor na determinação dos futuros ecológicos. Nem a questão de saber se e como valorizá-los no futuro é resolvida pela escala dos impactos antropogênicos. É consistente com o fato de os impactos humanos serem perversivos que a espontaneidade desses processos e os seus resultados devam ser valorizados *ainda mais*, justamente porque a humanização é tão perversiva e a biodiversidade que deles surge tão ameaçada (Crist 2024, 2013; Cafaro 2014; Hettinger 2014; Sandler 2019; Palmer 2021).

3.2 É Possível Deixar os Animais Selvagens (Em Grande Parte) Em Paz e Não os Dominar

Nussbaum afirma que os animais selvagens estão "totalmente sob controle humano" de tal forma que todos os habitats são "dominados pelo ser humano" e não é possível "deixar os animais em paz". A transformação – substituir o natural pelo justo ou a engenharia do paraíso – requer uma dominação humana abrangente dos sistemas ecológicos, das populações e dos animais individuais. Se a dominação é inevitável, ou já está em vigor, a questão não é se devemos dominar os animais selvagens, mas se o faremos de forma justa e benevolente.

No entanto, a dominação humana dos animais selvagens só é possível num contexto onde a deferência também é possível. Como discutido acima, os processos ecológicos e evolutivos estão a acontecer em todo o lado o tempo todo. A dominação humana envolve resistir contra eles – ou seja, tentar ativamente controlar ou direcionar as coisas (incluindo os animais) de acordo com os projetos ou objetivos humanos. Ou seja, *o objeto da dominação, tal como o objeto da deferência, é a espontaneidade dos processos ecológicos e evolutivos*. Se a dominação deles é uma opção, a deferência a eles também é.

Além disso, mesmo que um espaço tenha sido dominado ou controlado por humanos no passado, isso não implica que deva continuar a sê-lo no mesmo grau no futuro. Os humanos têm a capacidade de beneficiar ou prejudicar os animais selvagens, de degradar ou melhorar os seus habitats, de restringir ou facilitar o seu movimento. Mas ter o poder de fazer algo não é o mesmo que fazer essa coisa. Como discutido anteriormente, é possível reduzir a restrição humana, facilitar a adaptação espontânea e projetar com maior abertura. Os ecossistemas, os conjuntos e os animais individuais podem não ser os mesmos que teriam sido sem um período de dominação humana significativa, mas fazer as coisas como eram ou teriam sido não é o objetivo da deferência.

Nussbaum argumenta que seria uma "grave abdicação de responsabilidade" adotar uma abordagem de "não-intervenção", em vez de abraçar a gestão, dada a ubiquidade dos impactos humanos prejudiciais nos ambientes dos animais selvagens (2023, p. 229). Mas, como discutido anteriormente, a deferência não é "não-intervenção" e é um tipo de gestão, uma que promove processos ecológicos e evolutivos espontâneos, incluindo aqueles que envolvem animais selvagens (Rohwer 2022). O que está em questão na disputa deferência-transformação não é se existem responsabilidades humanas de agir em resposta aos danos ecológicos expansivos causados desproporcionalmente por sistemas de produção industrial, extrativa e poluente, nem se essa resposta exigirá uma abordagem prática em muitos contextos. O que está em questão é se o objetivo dessa resposta e da gestão associada deve envolver a facilitação de processos ecológicos e evolutivos espontâneos ou a imposição de uma visão humana transformacional no seu lugar.

Portanto, não é verdade que todos os animais selvagens são totalmente controlados ou que todos os ecossistemas são totalmente dominados pelo ser humano, e mesmo onde atualmente são amplamente dominados, não precisam sê-lo na mesma medida no futuro. A dominação humana dos animais selvagens, mesmo em condições de alterações climáticas, não é inevitável ou incontornável, e a transformação não é a única forma de (ou ideal para) possível gestão.

3.3 A Supervisão/Jurisdição Política É Consistente Com a Deferência

E quanto à "supervisão"? A Terra foi "dividida" de tal forma que todos os habitats de animais estão sob algum regime de governança, autoridade política ou estrutura de propriedade. Mas estar sob alguma autoridade política ou legal não implica dominação ou a ausência de naturalidade nos sentidos em evidência aqui. A autoridade política ou a propriedade de um espaço é consistente tanto com a transformação, através de um projeto intensivo, quanto com a deferência, que facilita a espontaneidade ecológica – por exemplo, de acordo com a *Half-Earth Proposal* ou com a Meta 30 x 30 da Convenção sobre a Diversidade Biológica.

Além disso, estar sob autoridade jurisdicional não simplesmente resolve por si só questões sobre se os animais selvagens sencientes são propriamente sujeitos de direito ou sobre o conteúdo das nossas responsabilidades para com eles. Significa que, se forem sujeitos de direito, qualquer entidade política que tenha jurisdição seria responsável por cumprir as condições de justiça para com eles. Mas não explica porque eles devem ser sujeitos de direito a quem é devido o fornecimento positivo de meios (ou quaisquer que sejam as condições de justiça na teoria em aplicação), de tal forma que a transformação é necessária. É necessário um relato substancial sobre por que lhes é devida essa forma de consideração. Meramente estar sob jurisdição política ou estar potencialmente sujeito ao exercício humano do poder não concede isso.

A transformação também não decorre de os animais selvagens sencientes estarem sob jurisdição política e serem diretamente consideráveis moralmente, uma vez que existem alternativas à beneficência e justiça positivas para como eles devem ser considerados. A deferência reconhece os animais selvagens sencientes como moralmente consideráveis e abraça a imparcialidade das espécies, e alguns teóricos políticos defenderam uma abordagem deferencial baseada na soberania dos animais selvagens ou na liberdade e respeito relacionais (por exemplo, Donaldson e Kymlicka 2011; Bendik-Keymer 2021).

Portanto, o fato de os animais selvagens viverem num mundo antropogenicamente alterado e dentro de alguma jurisdição política não implica nada do seguinte: que não podem ser selvagens; que estão totalmente sob controle humano (ou devem estar no futuro); que são dominados pelo ser humano (ou devem estar no futuro); que são sujeitos de direito (ou que lhes é devida beneficência positiva); ou que a transformação é necessária.

3.4 As Mudanças Climáticas Reforçam a Deferência

As mudanças climáticas não reforçam o argumento pela transformação para promover o bem-estar dos animais selvagens. No final das contas isso talvez não seja tão surpreendente, já que a maioria dos teóricos dos animais que defendem a transformação acreditam que os danos sofridos pelos animais selvagens sencientes precisam ser abordados, quer suas origens sejam naturogênicas, antropogênicas ou ambas (Faria 2023; Johannsen 2021; Horta 2017; Nussbaum 2023). O caso geral para a transformação repousa sobre a necessidade de justiça positiva ou beneficência para os animais selvagens.

Nem as mudanças climáticas (ou os impactos antropogênicos generalizados de forma mais geral) minam a justificativa pela deferência na gestão de ecossistemas. As principais razões para isso, já discutidas, são que: a mudança antropogênica não acabou com a naturalidade ou a vida selvagem, muito menos com os processos ecológicos e evolutivos espontâneos; o fato da mudança antropogênica deixa em aberto questões sobre como devemos responder a ela; a deferência não deve ser confundida com não-intervenção ou com a adoção de uma abordagem *"hands-off"*, e a deferência é uma variedade de gestão que pode ser uma forma de retificação.

De fato, existem aspectos da justificação em favor da deferência que se tornam mais salientes devido às mudanças climáticas. A característica distintiva das mudanças climáticas antropogênicas de uma perspectiva biosférica é a maior taxa e magnitude da mudança em comparação com o passado geológico recente. Isso, combinado com as incógnitas ecológicas, climáticas, tecnológicas e políticas, significa que existe uma gama mais ampla de futuros climáticos e ecológicos possíveis (tanto empiricamente quanto epistemicamente). Além disso, alguns, mas não todos, os sistemas ecológicos estão indo em direção a mudanças de estado significativas e irreversíveis em relação a características bióticas e abióticas. Dada a incerteza radical envolvida, é extremamente difícil especificar com confiança e em detalhes quais lugares serão impactados de quais maneiras, quais são os prazos e quais serão as condições resultantes.

Isso reforça a justificativa de humildade da deferência, que em parte diz respeito à capacidade de resposta apropriada à incerteza nos sistemas ecológicos, dadas a falibilidade humana e as limitações epistêmicas. Quanto mais profundas as incertezas e quanto maior a gama de futuros ecológicos possíveis, mais difícil será criar e implementar com sucesso projetos altamente específicos e controlados do tipo necessário para a transformação; e mais importantes são os planos de gestão flexíveis e abertos que permitem que os processos ecológicos e evolutivos espontâneos ajudem a determinar os futuros ecológicos dos espaços.

4 O Ônus Está Sobre os Transformacionalistas

Como indicado no início, o objetivo deste artigo não é fornecer um argumento decisivo contra o transformacionalismo em geral ou a engenharia do paraíso para melhorar o bem-estar animal em particular, mas construir o argumento para uma alternativa à transformação, mesmo sob condições de mudança antropogênica de amplo alcance. É improvável que os proponentes da transformação sejam movidos de sua posição pela alternativa da deferência. O argumento em defesa da transformação normalmente tem dois componentes. O primeiro componente consiste em afirmar que existem fortes responsabilidades positivas (ou deveres ou obrigações) *pro tanto* (ou *prima facie*) de beneficência ou justiça para melhorar o bem-estar dos animais selvagens sencientes. O segundo componente consiste em afirmar que, exceto por considerações de implementação (por exemplo, viabilidade e risco de resultados prejudiciais não intencionais), não há razões superiores contra a transformação. Como parte do segundo componente, eles geralmente rejeitam as visões ambientalistas, da ética ambiental e conservacionistas como insustentáveis ou incoerentes⁸.

Se os argumentos para a deferência forem bem-sucedidos, partindo da perspectiva do argumento pela transformação, tudo o que eles mostram é que existe uma visão "ambientalista" que é coerente e fornece uma razão para respeitar os processos evolutivos e ecológicos espontâneos, incluindo aqueles que envolvem animais selvagens. Eles não mostram que há algo problemático nos argumentos positivos centrais para a transformação. Por esta razão, está aberto aos transformacionalistas aceitar os argumentos, mas responder que a deferência, que afinal apenas fornece uma razão *pro tanto*, é em todos (ou quase todos) os casos menos saliente do que a beneficência, compaixão ou justiça/direitos dos animais selvagens⁹. Eles podem até conceder que a deferência deve informar o pensamento sobre métodos, práticas e objetivos transformacionais – ou seja, se houver maneiras de respeitar os processos ecológicos e evolutivos espontâneos em alguns contextos, mantendo ainda a prioridade ética de melhorar o bem-estar dos animais selvagens, então há razão para fazê-lo.

No entanto, o fato de existir a alternativa da deferência torna consideravelmente mais difícil defender o argumento geral pela transformação. Primeiro, isso significa que existem conflitos de valor genuínos e profundos que precisam ser considerados, em vez de descartados (Palmer 2021). Os valores aos quais a deferência está respondendo são pluralistas em objeto (quais coisas são valiosas), conteúdo (como elas são valiosas) e fonte (por que elas são valiosas). Eles envolvem valores ambientais, valores ecossociais ou culturais, valores instrumentais, valores científicos/históricos e valores de auto-

⁸ Nussbaum (2023) deixa de lado as preocupações com a conservação de espécies, em vez de descartá-las, mas por razões discutidas anteriormente, é difícil ver como a preservação da biodiversidade pode ser realizada juntamente com a substituição do natural pelo justo.

⁹ Como Nussbaum (2023) coloca, "Se estamos lá olhando, no controle e monitorando habitats de animais, parece uma gestão insensível de fato se permitirmos fome em massa, doença e outros tipos completamente "naturais" de dor e tormento" (p. 230). Heather Browning e Walter Veit (2023) desafiam a suposição de que a vida dos animais selvagens é dominada pelo sofrimento. Eles argumentam que "os animais selvagens podem frequentemente ter vidas que são muito mais positivas do que é comumente assumido", ao mesmo tempo em que enfatizam que muito mais pesquisa é necessária para resolver a questão.

realização – ou seja, todos os valores "intrínsecos", experienciais e relacionais conectados a processos e sistemas ecológicos e evolutivos dinâmicos e espontâneos, incluindo a autonomia dos animais selvagens. Os proponentes da transformação precisarão explicar por que as preocupações com o bem-estar dos animais selvagens devem ser priorizadas sobre esses diversos valores (ou então por que os valores não serão comprometidos por meio da transformação).

Em segundo lugar, a argumentação em defesa da deferência acomoda algumas das características teóricas centrais que são partes importantes da argumentação pela transformação para abordar o sofrimento dos animais selvagens: a imparcialidade das espécies e a consideração moral dos animais selvagens sencientes. Isso é significativo porque uma terceira alternativa de gestão de ecossistemas factível é gerir (ou mesmo transformar) para maximizar o bem ou o justo para os seres humanos. A deferência, ao contrário desta visão antropocêntrica, não está aberta a críticas de especismo simples. As visões deferenciais e as visões transformacionistas diferem em relação a como os animais selvagens sencientes são consideráveis e o que a imparcialidade das espécies implica. Portanto, os defensores da engenharia do paraíso (ou da substituição do natural pelo justo) precisam justificar suas concepções particulares do que implicam a imparcialidade das espécies e a consideração moral dos animais selvagens sencientes (e não apenas apresentar argumentos contra o especismo em geral).

Terceiro, a deferência é mais moderada, no sentido de estar mais próxima das práticas, perspectivas e crenças atuais sobre nossas responsabilidades para com os animais selvagens, do que as visões transformacionais de engenharia do paraíso. A preocupação com o bem-estar animal na gestão de ecossistemas aumentou na última década, com muitos profissionais adotando a conservação compassiva (Ramp e Bekoff 2015; Wallach et al. 2018; Coghlan e Cardilini 2021). No entanto, a conservação compassiva permanece orientada para a realização de objetivos de conservação deferenciais, embora com maior consideração pelos animais sencientes potencialmente impactados (Sandler e Palmer n.d.). Em contraste, a engenharia do paraíso é transformacional em relação tanto aos objetivos da gestão de ecossistemas quanto à forma de pensar sobre a relação e as responsabilidades da humanidade para com o mundo não humano. É uma reconceitualização radical do exercício apropriado da agência humana. Por estas razões, quando Mark Sagoff (1984) considerou a ideia de que os humanos deveriam impedir a predação e garantir que os animais selvagens tivessem o suficiente para comer, ele pretendia que fosse uma *reductio ad absurdum* de uma visão positiva do bem-estar dos animais selvagens. O fato de a engenharia do paraíso estar tão longe das visões e práticas comumente aceitas não é em si uma razão para pensar que está equivocada. Muitas teorias que eram radicais na época em que foram propostas mais tarde se tornaram amplamente aceitas (embora muitas mais não tenham sido!), e o viés do *status quo* é sempre uma preocupação. No entanto, o fato de a transformação ser uma visão tão radical e de haver uma outra alternativa não-antropocêntrica disponível aumenta o fardo justificatório sobre os proponentes da engenharia do paraíso. Por exemplo, a visão parece implicar que até que um redesenho transformacional seja possível, é melhor que haja menos animais selvagens – ou seja, o colapso de quase 75% dos vertebrados selvagens nos últimos 50 anos (IPBES 2019; WWF 2024) seria uma coisa extremamente boa! Se uma ideia se parece com uma abordagem ampla de equilíbrio reflexivo sobre criação teórica, o fato de ter implicações contraintuitivas certamente será mitologicamente significativo.

Novamente, nenhuma dessas considerações constitui um argumento contra as justificativas centrais para um dever/responsabilidade positivo de melhorar o bem-estar dos animais selvagens. Mas eles coletivamente elevam o nível de justificação que a visão deve atender e colocam o ônus sobre os proponentes da transformação (análogo a como Delon e Purves [2018] argumentaram que as considerações epistêmicas e de risco o fazem). Eles também aumentam a saliência de uma série de questões teóricas que são centrais para os desacordos entre a deferência e a engenharia do paraíso, tais como: monismo vs. pluralismo nas bases para e formas de consideração moral, bem como o

papel das considerações relacionais nestas; quais concepções de imparcialidade das espécies são defensáveis; se (ou quando) existe uma diferença moralmente relevante entre fazer e permitir; e como arbitrar a tomada de decisões situacionais quando existem múltiplas normas ou princípios operacionais (ou seja, múltiplos deveres *prima facie* ou razões *pro tanto*).

5 Conclusão

Os proponentes da deferência e os defensores da transformação concordam pelo menos nisto: a predação, a competição e a privação são generalizadas nos sistemas ecológicos e nos processos evolutivos; elas não são características acidentais, mas características centrais dos sistemas ecológicos. É por causa disso que eliminá-las (ou reduzi-las significativamente) requer a transformação dos sistemas e organismos que as compõem. É também por causa disso que a transformação envolve dominação contínua e abrangente. Os proponentes da transformação frequentemente enfatizam que a visão idílica da natureza na qual os animais vivem vidas confortáveis de fácil abundância é falsa (Johannsen 2021; Faria 2023; Horta 2017). Mas também é falso que o que é oferecido com a transformação são sistemas ecológicos mais ou menos como eles são agora, mas com melhor bem-estar animal – ou seja, animais envolvidos em comportamentos aproximadamente típicos de espécies em habitats aproximadamente semelhantes, apenas com melhor saúde e mais segurança contra ameaças. O que é oferecido é o exercício contínuo do poder humano para sufocar esses sistemas e esses processos, e, portanto, os bens e valores ambientais, culturais e ecossociais associados a eles. A avaliação da transformação precisa ser informada por isso. A questão, quando se trata de transformação, não é, como às vezes é enquadrada, se seria melhor ter um mundo biológico semelhante a como é agora, mas com menos sofrimento animal selvagem ou mais florescimento animal. Mas se é melhor reprimir os sistemas ecológicos espontâneos e os processos evolutivos e ter animais massivamente dominados e paisagens humanizadas.

Esta compreensão da transformação, em combinação com a argumentação em defesa da deferência, coloca pesados encargos justificatórios e epistêmicos sobre os proponentes da transformação. Também requer abordar questões associadas à arrogância, colonialismo, paternalismo e salvacionismo, uma vez que a engenharia do paraíso é uma proposta baseada na crença de que algumas pessoas sabem por que e como o mundo deve ser refeito para todos (animais selvagens incluídos).

Referências

- Ackerman, Diane 2014. *The Human Age: The World Shaped by Us*, New York, NY: W. W. Norton.
- Barnosky, Anthony 2009. *Heatstroke: Nature in an Age of Global Warming*, Washington, DC: Island Press.
- Bendik-Keymer, J. & Pedersen, S. 2024. "Introducing Geological Wonder: Planetary Thinking as a Disruption of Narcissism," *Environmental Values*, 33 (6), 648–664.
- Bendik-Keymer, Jeremy 2021. "Beneficial Relations Between Species & the Moral Responsibility of Wondering," *Environmental Politics* 31(2): 320-37.
- Browning, Heather & Weit, Walter 2023. "Positive Wild Animal Welfare," *Biology & Philosophy* 38: 14.
- Bruers, Stijn et al. 2024. "Nature without Suffering: Herbivorisation of Predator Species for the Compassionate Stewardship of Earth's Ecosystems," *Journal of Applied Animal Ethics Research*. <https://doi.org/10.1163/25889567-bja10051>

- Cafaro, Philip 2001. "The Naturalist's Virtues," *Philosophy in the Contemporary World* 8(2): 85–99.
- . 2005. "Gluttony, Arrogance, Greed, and Apathy: An Exploration of Environmental Vice," in *Environmental Virtue Ethics*, Cafaro, Philip and Sandler, Ronald, eds., Lanham, MD: Rowman & Littlefield, 135–158.
- . 2014. "Expanding Parks, Reducing Human Numbers, and Preserving All the Wild Nature We Can: A Superior Alternative to Embracing the Anthropocene Era," in *Keeping the Wild*, Wuerthner, George. et al., eds., Washington, DC: Island Press, 137–145.
- Callicott, Baird 1989. *In Defense of the Land Ethic: Essays in Environmental Philosophy*, Albany, NY: State University of New York Press.
- Carson, Rachel 1965. *Sense of Wonder*, New York, NY: Harper & Row.
- Cline, Brendan 2020. "Irreplaceable Design: On the Non-Instrumental Value of Biological Variation," *Ethics and the Environment* 25(2): 45–72.
- Coghlan, Simon and Cardilini, Adam P. A. 2021. "A Critical Review of the Compassionate Conservation Debate," *Conservation Biology* 36(1).
- Cravens, Amanda E. et al. 2024. "The Dynamic Feasibility of Resisting (R), Accepting (A), or Directing (D) Ecological Change," *Conservation Biology* e14331.
- Crist, Eileen 2019. *Abundant Earth: Toward an Ecological Civilization*, Chicago, IL: University of Chicago Press.
- . 2024. "Affirming the Wilderness Ideal," in *The Heart of the Wild: Essays on Nature, Conservation, and the Human Future*, Minter, Ben A. and Losos, Jonathan B., eds., Princeton: Princeton University Press, 84–98.
- . 2013. "On the Poverty of Our Nomenclature," *Environmental Humanities* 3(1): 129–147.
- Delon, Nicolas and Purves, Duncan 2018. "Wild Animal Suffering is Intractable," *Journal of Agricultural and Environmental Ethics* 31(2): 239–260.
- Donaldson, Sue and Kymlicka, Will 2011. *Zoopolis*, New York, NY: Oxford University.
- Faria, Catia and Paez, Eze. 2019. "It's Splitsville: Why Animal Ethics and Environmental Ethics Are Incompatible," *American Behavioral Scientist* 63(8): 1047–1060.
- Faria, Catia 2022. *Animal Ethics in the Wild: Wild Animal Suffering and Intervention in Nature*, Cambridge, UK: Cambridge University Press.
- Flanagan, Owen 1991. *Varieties of Moral Personality*, Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Gerber, Lisa 2002. "Standing Humbly Before Nature," *Ethics and the Environment* 7(1): 39–53.
- Gierus, Luke et al. 2022. "Leveraging a Natural Murine Meiotic Drive to Suppress Invasive Populations," *Proceedings of the National Academy of Sciences* 119(46).
- Guha, Ramachandra 1989. "Radical American Environmentalism and Wilderness Preservation," *Environmental Ethics* 11(1): 71–83.
- Hettinger, Ned 2014. "Valuing Naturalness in the 'Anthropocene': Now More than Ever," in *Keeping the Wild*, Wuerthner, George. et al., eds., Washington, DC: Island Press, 174–179.
- Higgs, Eric S. 1997. "What is Good Ecological Restoration?" *Conservation Biology* 11(2): 338–348.

- Hill, T. 1983. "Ideals of Human Excellence and Preserving Natural Environments," *Environmental Ethics* 5(3): 211-24.
- Horta, Oscar 2017. "Animal Suffering in Nature: The Case for Intervention," *Environmental Ethics* 39(3): 261-279.
- . 2023. "Wild animal suffering." In *Animal Suffering: The Ethics and Politics of Animal Lives*, Dardenne, E. and Burgat, F., eds, Wiley: London, UK, 141-60.
- Hughs, Francine M. R. et al. 2012. "When is Open-endedness Desirable in Restoration Projects?" *Restoration Ecology* 20(3): 291-295.
- Hunter, Malcolm L. et al. 1988. "Paleoecology and the Coarse-Filter Approach to Maintaining Biological Diversity," *Conservation Biology* 2(4): 375-385.
- IPBES. 2019. *Global Assessment Report on Biodiversity and Ecosystem Services*, Bonn, Germany: IPBES Secretariat.
- IPBES 2022. *Methodological Assessment of the Diverse Values and Valuations of Nature of the Intergovernmental Science-Policy Platform on Biodiversity and Ecosystems*, Bonn, Germany: IPBES Secretariat.
- IUCN. 2016. *IUCN SSC Guiding principles on Creating Proxies of Extinct Species for Conservation Benefit*, Version 1.0. Gland, Switzerland: IUCN Species Survival Commission.
- Johannsen, Kyle 2020. *Wild Animal Ethics: The Moral and Political Problem of Wild Animal Suffering*, Oxford, UK: Routledge.
- . 2023. "Positive Duties to Wild Animals: Introduction," *Ethics, Policy & Environment* 26(2): 153-158.
- Kianpour, Connor K., and Paez, Eze 2022. "Red in Tooth and Claw No More: Animal Rights and the Permissibility to Redesign Nature," *Environmental Values* 31(2): 211-231.
- Kovaka, Karen 2024. "Environmental Interference," *Biology & Philosophy* 39: 28.
- Leopold, Aldo 1949/1968. *A Sand County Almanac, and Sketches Here and There*. New York, NY: Oxford University Press.
- Marris, E. 2024. "There Goes a Badger," in *The Heart of the Wild: Essays on Nature, Conservation, and the Human Future*, Minter, Ben A. and Losos Jonathan, B., eds., Princeton, NJ: Princeton University Press, 15-21.
- McMahan, Jeff 2015. "The Moral Problem of Predation," in *Philosophy Comes to Dinner*, Chignell, Andrew et al., eds., New York, NY: Routledge, 268-93.
- McShane, Katie 2007. "Why Environmental Ethicists Shouldn't Give Up on Intrinsic Value," *Environmental Ethics* 29 (1): 43-61.
- . 2011. "Neosentimentalism and Environmental Ethics," *Environmental Ethics* 33(1): 5-23.
- National Park Service (NPS) 2024. "Resist-accept-direct Framework," National Parks Service. <https://www.nps.gov/subjects/climatechange/resistacceptdirect.htm>
- Nussbaum, Martha 2007. *Frontiers of Justice: Disability, Nationality, Species Membership*, Cambridge, MA: Harvard university press.
- . 2023. *Justice for Animals: Our Collective Responsibility*, New York, NY: Simon and Schuster.
- Paez, Eze 2022. "A Republic for all Sentients: Social Freedom Without Free Will," *Pacific Philosophical Quarterly* 103(3): 620-644.

- Palmer, Clare 2010. *Animal Ethics in Context*, New York, NY: Columbia University Press.
- . 2019. "Assisting Wild Animals Vulnerable to Climate Change: Why Ethical Strategies Diverge," *Journal of Applied Philosophy* 38(2): 179–195.
- . 2021. "The Value of Wild Nature: Comments on Kyle Johannsen's Wild Animal Ethics," *Philosophia* 50: 853–863.
- Pascual, U., Balvanera, P., Anderson, C.B. et al. 2023. "Diverse values of nature for sustainability," *Nature* 620: 813–823.
- Piaggio, Antoinette J. et al. 2017. "Is It Time for Synthetic Biodiversity Conservation?" *Trends in Ecology & Evolution* 32(2): 97–107.
- Pianalto, Matthew 2013. "Humility and Environmental Virtue Ethics," in *Virtues in Action: New Essays in Applied Virtue Ethics*, Austin, Michael, ed., New York, NY: Palgrave-Macmillan.
- Prober, Suzanne, M. et al. 2019. "Shifting the Conservation Paradigm: A Synthesis of Options for Renovating Nature Under Climate Change," *Ecological Monographs* 89(1): e01333.
- Ramp, Daniel and Bekoff, Marc 2015. "Compassion as a Practical and Evolved Ethic for Conservation," *BioScience* 65(3): 323–327.
- Regan, Tom 2004. *The Case for Animal Rights*, Oakland, CA: University of California Press.
- Rohwer, Yasha 2023. "Evolution is Not Good," *Environmental Ethics* 45(3): 209–221.
- Rohwer, Yasha. 2022. "Infringing on Environmental Autonomy with the Aim of Enabling It," *Environmental Ethics* 44(1): 47–59.
- Rolston III, Holmes 1986. *Philosophy Gone Wild: Essays in Environmental Ethics*, Amherst, NY: Prometheus.
- Sagoff, Mark 1984. "Animal Liberation and Environmental Ethics: Bad Marriage, Quick Divorce," *Osgoode Hall Law Journal* 22(2): 297–307.
- Saltz, David and Cohen, Shlomo 2023. "Naturalness and Principle Pluralism in Conservation," *Conservation Biology* 37(6).
- Sandler, Ronald 2007. *Character and Environment. A Virtue-oriented Approach to Environmental Ethics*, New York, NY: Columbia University Press.
- . 2012. *The Ethics of Species*, Cambridge, UK: Cambridge University Press.
- . 2020. "Two Conceptions of Embracing Ecological Change in Ecosystem Management and Species Conservation: Accommodation and Intervention," in *Global Changes. Ethics of Science and Technology Assessment*, vol. 46, Valera, Luca and Castilla, Juan C., eds., Cham, Switzerland: Springer, 79–87.
- . 2021. "On the Massness of Mass Extinction," *Philosophia* 50: 2205–2220.
- . 2024. "Conservation Philosophy After the End of 'Nature': The Case for Ameliorating Rather than Eliminating 'Nature,'" *Environmental Ethics* 46(4): 379–400.
- Schuurman, Gregor W. et al. 2022. "Navigating Ecological Transformation: Resist–Accept–Direct as a Path to a New Resource Management Paradigm," *BioScience* 72(1): 16–29.
- Smith, Thomas B. et al. 2001. "Biodiversity Hotspots and Beyond: The Need for Preserving Environmental Transitions," *Trends in Ecology and Evolution* 16(8): 431.

- Soulé, Michael E. 1985. "What is Conservation Biology? A New Synthetic Discipline Addresses the Dynamics and Problems of Perturbed Species, Communities, and Ecosystems," *BioScience* 35(11): 727–734.
- Taylor, Paul 1986. *Respect for Nature*, Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Thompson, Laura M. et al. 2020. "Responding to Ecosystem Transformation: Resist, Accept, or Direct?" *Fisheries Magazine* 46(1): 8–21.
- Throop, William 2000. *Environmental Restoration: Ethics, Theory, and Practice*, Amherst, NY: Humanity Books.
- Tomasik, Brian 2015. "The Importance of Wild Animal Suffering," *Relations* 3(2): 133–52.
- U.S. Climate Change Science Program (CCSP) 2008. *Preliminary Review of Adaptation Options for Climate-Sensitive Ecosystems and Resources*, Washington, DC: Environmental Protection Agency.
- U.S Fish & Wildlife Service 2024. *Innovative Cloning Advancements for Black-footed Ferret Conservation* [Press Release]. <https://www.fws.gov/press-release/2024-04/innovative-cloning-advancements-black-footed-ferret-conservation>
- Vogel, Steven 2011. "Why 'Nature' Has No Place in Environmental Philosophy," in *The Ideal of Nature*, in Kaebnick, Gregory E., ed., Baltimore, MD: Johns Hopkins University Press, 84–97.
- . 2015. *Thinking Like a Mall*, Cambridge, MA: MIT Press.
- Volpe, John P. 2024. "Bionovelty and Ecological Restoration," *Restoration Ecology* 32(5).
- Wallach, Arian D. et al. 2018. "Summoning Compassion to Address the Challenges of Conservation," *Conservation Biology* 32(6): 1255–1265.
- Wapner, Paul 2010. *Living Through the End of Nature: The Future of American Environmentalism*, Cambridge, MA: The MIT Press.
- Whyte, Kyle 2021. "Time as Kinship," in *Companion to Environmental Humanities*, Cohen, Jeffrey and Foote, Stephanie, eds., Cambridge, UK: Cambridge University Press
- . 2024. "Why Does Anything Need to be Called Wild?" in *The Heart of the Wild: Essays on Nature, Conservation, and the Human Future*, Minter, Ben A. and Losos, Jonathan B., eds., Princeton, NJ: Princeton University Press, 69–83.
- World Wildlife Fund (WWF) 2024. *Living Planet Index 2024*. WWF, Gland, Switzerland.

Doutor em Filosofia (University of Wisconsin-Madison, 2001)

Professor de Filosofia (Northeastern University, USA)

E-mail: r.sandler@northeastern.edu